



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

## PARECER DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DE MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PATRIMÔNIO NATURAL

### **PARECER Nº 57/2025 PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 43/2025**

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 43/2025, que,  
“Aprova a atualização do Plano de Saneamento Básico do município de Bom Jardim de Minas, para inclusão de indicadores e metas progressivas operacionais para avaliação e monitoramento da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e dá outras providências”.

#### **RELATÓRIO:**

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Prefeito Municipal visa aprovar a atualização do Plano de Saneamento Básico do município de Bom Jardim de Minas, para inclusão de indicadores e metas progressivas operacionais para avaliação e monitoramento da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, providências.

#### **PARECER:**

O Projeto de Lei nº 43/2025, de iniciativa do Poder Executivo, visa à atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico, em conformidade com as normas federais recentes, especialmente as Resoluções ANA nº 192/2024 e nº 211/2024, que regulamentam as metas e indicadores operacionais exigidos pelo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 11.445/2007, com redação dada pela Lei nº 14.026/2020).

A proposta está tecnicamente adequada e juridicamente amparada, sendo considerada compatível com os princípios da legalidade, eficiência, continuidade e transparência. Observa-se que o projeto atende aos requisitos formais da Lei Complementar nº 95/1998, revoga tacitamente trechos obsoletos da legislação anterior e substitui-os por um novo Anexo Único, sistematizado conforme os padrões da ANA.

Diante da urgência para aprovação da matéria — com o objetivo de garantir a regularização normativa e permitir o acesso a recursos federais e estaduais — foi destacada a ampla disponibilização prévia dos documentos e a assistência jurídica permanente prestada aos vereadores.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Quanto à participação popular, embora não tenha sido realizada audiência pública antes da votação, foi sugerida, inclusive pela assessoria jurídica, a inclusão de cláusula no texto legal prevendo a realização de audiência e/ou consulta pública no prazo de até 90 dias após a publicação da lei, em consonância com o art. 19, §3º da Lei Federal nº 11.445/2007. Tal sugestão visa reforçar o controle social e a transparência, sem comprometer o cumprimento do prazo legal para aprovação.

Nas reuniões desta Comissão, foram considerados os seguintes aspectos relevantes:

- Foi analisado o impacto da proposta, especialmente no que se refere às metas e aos indicadores operacionais exigidos pelas normas da ANA, bem como às implicações legais, técnicas e orçamentárias da atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.

- Sugeriu-se a inclusão de cláusula no projeto de lei prevendo a realização de audiência e/ou consulta pública no prazo de até 90 (noventa) dias após a publicação da norma, para garantir o controle social e a participação da população, conforme previsto no art. 19, §3º da Lei Federal nº 11.445/2007.

- Foi registrada a ressalva quanto à ausência de audiência pública prévia, diante da urgência da matéria e do curto prazo para aprovação, de modo a evitar prejuízos ao Município, especialmente em relação à habilitação para recebimento de recursos federais e estaduais.

- Sugeriu-se que conste em ata que, embora não tenha havido tempo hábil para audiência prévia, os vereadores demonstraram preocupação com a participação popular e buscaram alternativas legais para viabilizá-la após a aprovação.

## CONCLUSÃO:

Considerando a relevância da matéria, o adequado amparo legal e técnico do Projeto de Lei nº 43/2025, a urgência para sua aprovação diante dos prazos estabelecidos pelas normas federais, e as sugestões apresentadas durante a reunião da comissão — especialmente no que tange à realização de audiência ou consulta pública posterior —, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação da proposta, com a recomendação de acolhimento da emenda sugerida, que reforça o compromisso com a transparência, o controle social e a participação da sociedade na formulação das políticas públicas de saneamento básico.

  
Leandro José da Silva

Relator de ambas as comissões



# CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

Manifestação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação:  
Aprovamos o Voto do Relator, transformando-o em Parecer desta comissão.

**Enzo Peixoto de Almeida**  
Presidente

**Mauro Sérgio da Silva**  
Membro

Manifestação da Comissão de Meio Ambiente, Agricultura e Patrimônio Natural:  
Aprovamos o Voto do Relator, transformando-o em Parecer desta comissão.

**Enzo Peixoto de Almeida**  
Suplente

**Mauro Sérgio da Silva**  
Membro

Bom Jardim de Minas, 14 de julho de 2025.